



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 13, DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 2775, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Sergio Moro

RELATOR: Senador Hamilton Mourão

06 de maio de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5225945595>

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 2775, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 2775, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.*

O Projeto acrescenta o art. 12-A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O *caput* do artigo torna obrigatória a presença de um profissional de segurança, treinado e qualificado, em ambiente escolar para atuar no controle de entradas e saídas, com métodos adequados para agir preventivamente e evitar possíveis ameaças à segurança escolar.

O § 1º do artigo esclarece que “segurança escolar” é a garantia de ambiente isento de ameaças para alunos, professores e funcionários, sustentado por um conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público, com vistas à construção da paz e da ordem social no interior e nas imediações de seus respectivos estabelecimentos de ensino.

O § 2º do artigo determina que as despesas resultantes da aplicação da futura lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário.



O Projeto prevê vigência imediata da lei.

Na justificação, o Autor argumenta que a presença de um profissional de segurança treinado e qualificado para atuar no controle de entradas e saídas da escola é uma medida simples, pouco dispendiosa e muito eficaz, na medida em que esse profissional poderá revistar o aluno, bem como mochilas, sacolas, pastas onde possam ser guardados revólveres, facas, canivetes, artefatos explosivos etc.

Também alega que o profissional poderá identificar alunos com comportamento alterado, situações suspeitas, presença de pessoas estranhas nos arredores da escola.

Para o Autor, trata-se de um profissional treinado que agirá preventivamente para evitar que novas tragédias ocorram no ambiente escolar.

Salienta que os tribunais têm decidido por obrigar o poder público a providenciar guardas patrimoniais na entrada das escolas cuja insegurança é evidente.

O Autor afirma que isto é o mínimo em matéria de segurança escolar, que sabe que o orçamento dos entes públicos é apertado para realizar toda infraestrutura necessária para garantir a segurança dos alunos e profissionais da educação, e que, assim, partindo da realidade das escolas brasileiras e compreendendo as dificuldades financeiras de Estados e Municípios, é razoável que a exigência legal recaia apenas na presença de profissionais de segurança na entrada das escolas.

Por fim, conclui que não adianta estabelecer um rol de deveres que, na prática, não conseguirão ser implementados, que precisamos de algo palpável e imediato, que chegue na ponta sem burocracias.

O Projeto também foi distribuído à Comissão de Educação, a quem caberá a decisão terminativa.

Foram apresentadas a Emenda nº 1 pelo Senador Fabiano Contarato e a Emenda nº 2 pelo Senador Sérgio Moro.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade no Projeto.

Quanto ao mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

Concordamos com a argumentação do Autor, mas o Projeto merece um aperfeiçoamento na forma de um substitutivo, nos termos da Emenda nº 2, do Senador Sérgio Moro.

A ideia é que cada instituição de ensino implemente medidas de segurança que, de acordo com sua capacidade econômico-financeira, podem incluir a instalação de pórticos detectores de metais e a presença constante de vigilantes nas entradas.

Concedemos prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que as instituições de ensino públicas e privadas possam se adequar à nova lei.

Com isso, a Emenda nº 1 resta prejudicada.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2775, de 2022, nos termos do seguinte substitutivo, acolhendo-se a Emenda nº 2 e prejudicando-se a Emenda nº 1:

EMENDA Nº 3 – CSP (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatórias, na entrada das

instituições de ensino, a instalação de pódio detector de metais e a presença de um vigilante durante todos os turnos de funcionamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

“**Art. 12-A.** As instituições de ensino deverão implementar medidas de segurança para prevenir a prática de violência contra alunos, professores e toda a comunidade escolar e acadêmica.

Parágrafo único. As medidas de segurança deverão ser compatíveis com a avaliação de risco, a estrutura, o orçamento e a capacidade de cada instituição de ensino e poderão incluir, entre outras, a instalação de pódios detectores de metais e a presença de vigilantes nas entradas durante todos os turnos de funcionamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



jh2025-03207

Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5225945595>

**Relatório de Registro de Presença****9ª, Extraordinária****Comissão de Segurança Pública**

| Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) | | | |
|---|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ALESSANDRO VIEIRA | PRESENTE | 1. EDUARDO BRAGA | |
| IVETE DA SILVEIRA | | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | |
| MARCIO BITTAR | PRESENTE | 3. RENAN CALHEIROS | |
| SERGIO MORO | PRESENTE | 4. PLÍNIO VALÉRIO | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL | | 5. EFRAIM FILHO | PRESENTE |
| STYVENSON VALENTIM | | 6. VAGO | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| JORGE KAJURU | PRESENTE | 1. CHICO RODRIGUES | PRESENTE |
| MARGARETH BUZETTI | | 2. VAGO | |
| ANGELO CORONEL | | 3. OMAR AZIZ | |
| VANDERLAN CARDOSO | | 4. SÉRGIO PETECÃO | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| FLÁVIO BOLSONARO | | 1. WILDER MORAIS | |
| JORGE SEIF | PRESENTE | 2. CARLOS PORTINHO | |
| MAGNO MALTA | | 3. MARCOS ROGÉRIO | PRESENTE |
| ROGERIO MARINHO | | 4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | |
| Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| FABIANO CONTARATO | PRESENTE | 1. JAQUES WAGNER | PRESENTE |
| ANA PAULA LOBATO | | 2. ROGÉRIO CARVALHO | |
| VAGO | | 3. VAGO | |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE | 1. LUIS CARLOS HEINZE | |
| HAMILTON MOURÃO | PRESENTE | 2. DAMARES ALVES | |

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
AUGUSTA BRITO
ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2775/2022)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO E À EMENDA Nº 2-CSP, NA FORMA DA EMENDA Nº 3-CSP (SUBSTITUTIVO), E PELA PREJUDICIALIDADE DA EMENDA Nº 1.

06 de maio de 2025

Senador Sergio Moro

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública



Assinado eletronicamente, por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5225945595>